



Ata dos trabalhos da Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dezesseis de agosto de dois mil e onze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Renato Faria Silva – Vice-Presidente e Luciano Vitor Gomes – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. O Senhor Secretário determinou a leitura das Atas das Reuniões: Extraordinária do dia quinze de julho e Ordinária do dia dois de agosto de dois mil e onze. Em votação, foram aprovadas. O vereador Luciano Vitor Gomes informou que a obra do DER começou e é hora de a Casa divulgar, visto que batalharam muito por isto. Logo após, o Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais: “Secretaria do Pleno. Of. 14549/2011. Belo Horizonte, 11 de agosto de 2011. Referência: Ofício 034/11, protocolizado sob o n. 246029-2. Senhor Presidente, Em atenção ao ofício em referência, encaminho a V. Exa. cópia do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Conselheiro Presidente Antônio Carlos Andrada, Exp. n. 5570/2011/SP. Atenciosamente, Alexandre Pires de Lima Diretor da Secretaria do Pleno. Presidência. Exp. nº: 5570/2011/SP Do: Conselheiro Presidente Para: Secretaria do Pleno Ref.: Documento protocolizado sob o nº. 2460292/2011 subscrito pelo Sr. Nélio Aurélio de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima, por meio do qual encaminha solicitação do Presidente do



Partido dos Trabalhadores de Nova Lima de informação sobre a tramitação da Prestação de Contas da Prefeitura de Nova Lima relativa ao exercício de 2002. Em: 04/08/2011.

Senhor Diretor, Acuso o recebimento do documento em referência, a mim dirigido pelo Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima, a qual aprovou por unanimidade requerimento do vereador Renato Faria Silva, em 05/07/2011, de encaminhamento de *“todas as contas dos Agentes Políticos que ocuparam o cargo de Prefeito Municipal em Nova Lima e que ainda não tenham sido remetidas a essa Casa Legislativa”* conforme solicitado pelo Presidente do Partido dos Trabalhadores, mais especificamente com relação à Prestação de Contas relativa ao exercício de 2002, processo autuado nesta corte sob o nº 679252. Visando atender à solicitação, determino seja esclarecido ao ilustre representante da Casa Legislativa que: O processo de Prestação de Contas Municipal da Prefeitura Municipal de Nova Lima, referente ao exercício de 2002, autuado sob o nº 679252, tendo como responsável o Sr. Vítor Penido de Barros, foi apreciado pela eg. Primeira Câmara deste Tribunal, em sessão de 21/08/2008, com emissão de parecer prévio pela “Rejeição das Contas”. Devidamente intimado do parecer prévio, o Prefeito responsável interpôs o Pedido de Reexame nº 787182, tempestivamente e de acordo com as disposições legais e regimentais, o qual foi recebido nesta Casa com efeito suspensivo, nos termos do art. 349 da Resolução 12/2008. Devidamente analisadas as razões recursais, o Pedido de Reexame foi novamente incluído na pauta da sessão da Primeira Câmara, do dia 03/08/2010, quando, na qualidade de membro e Presidente daquela Câmara, solicitei vista para melhor analisar a matéria, o que vem sendo feito pela equipe técnica responsável. Com a entrada em vigor da Resolução 18, de 01/12/2010, que alterou o Regimento Interno do



Tribunal no que diz respeito à competência do Presidente, este passou a acumular a atividade administrativa com a obrigação de continuar a relatar os processos que já se encontravam prontos para serem incluídos em pauta, assim como a participar do julgamento e votação dos processos em que lhe fora concedida vista, antes da data de sua posse na presidência, como é o caso do processo em testilha. Assim, citados processos estão sendo trabalhados de forma concomitante com o desenvolvimento das atividades administrativas, o que tem demandado mais tempo e esforço que o normal. Portanto, não há como se encaminhar, por hora, o parecer prévio à Câmara Municipal para julgamento, haja vista restar pendente de análise o Pedido de Reexame mencionado, tão logo essa análise seja concluída e respeitados os procedimentos operacionais previstos em Resolução, essa edilidade receberá deste Tribunal os documentos necessários para o fim de cumprimento de sua missão constitucional. Cumprida esta determinação, seja a presente documentação arquivada nessa secretaria. Conselheiro Antônio Carlos Andrada Presidente”. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu em nome da Casa e dos vereadores o Presidente do Tribunal de Contas, Antônio Andrada, pela rapidez com que o ofício chegou à Câmara. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, autorizou a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 1.154/2011, que “Cria o cargo de Procurador Adjunto, inserindo-o junto à Estrutura Organizacional da Procuradoria Geral do Município, PROJU, além de dar outras providências”. O Senhor Presidente solicitou a leitura do Parecer Conjunto das Comissões de Serviços Públicos Municipais e de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao mencionado projeto. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário concordou com a proposta do vereador Sandro Lima



para votarem o referido projeto na presente data. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura da proposição que deu entrada na Casa: Projeto de Lei nº 1.167/2011, autoria do vereador Marcelino Antônio Edwirges, que “Caracteriza a esterilização gratuita de caninos e felinos como função de saúde pública, institui sua prática como método oficial de controle populacional e de zoonoses, proíbe o extermínio sistemático de animais urbanos. Autoriza o Poder Executivo a criar Postos de Atendimento Veterinário no Município de Nova Lima e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.154/2011, que “Cria o cargo de Procurador Adjunto, inserindo-o junto à Estrutura Organizacional da Procuradoria Geral do Município, PROJU, além de dar outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por 09 votos e encaminhado à sanção; 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 221/2011, que “Confere a Ordem de Grande Mérito Legislativo Augusto de Lima a Jesus Drumond Batista”. Em única votação, aprovado por 10 votos e encaminhado à promulgação. O Senhor Presidente comunicou que faria um esclarecimento a respeito do estacionamento da Câmara, lembrou que o Fórum e o Executivo possuem estacionamento, assim, a Casa tem direito de ter pelo menos as três vagas. Informou que pedirá ao Secretário para colocar uma placa indicando que de segunda à sexta, a partir do meio dia, as três vagas estarão à disposição da Câmara, ficando livre às manhãs, sábados, domingos e feriados. Afirmou que não sofreria pressão porque considera que se trata de uma justa reivindicação para a Casa. O vereador Renato Faria Silva apoiou o Senhor Presidente. Na seqüência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Autoria do vereador



Marcelino Antônio Edwirges: “Requer seja oficiada a CEMIG e a secretaria competente para que tomem as devidas providências a fim de sanar os transtornos enfrentados pelo Sr. Tarcísio Pereira de Amorim residente à Rua Rio Tocantins, nº 394, Bairro Nossa Senhora de Fátima, referente a um poste de energia elétrica no local instalado”.

Aprovado, 09 votos; 2) Aatoria do vereador Renato Faria Silva: “Requer que esta respeitosa Casa solicite ao Poder Executivo que realize um seminário para discutir a implementação da Lei nº 2.220/11, que autoriza o Executivo a instituir o Programa de Combate ao Bullying no Município”. Em discussão, o autor falou que é muito comum os vereadores fazerem projetos e, infelizmente, os secretários municipais não implementarem sob a argumentação de que a proposição foi copiada ou é igual a de Belo Horizonte, ou seja, tiram a intelectualidade e ridicularizam o vereador. Recordou que em 2009, foi aprovado pela Casa projeto de sua autoria para incluir no currículo escolar a temática afro-descendente e dos povos de outra etnia e até hoje não foi implementado pela secretaria de educação. Afirmou que devem respeitar o vereador e implementar as leis votadas pela Câmara. Explicou que política pública é conceito, não tem como mudar, quando se faz política pública de inclusão serve para Nova Lima, Raposos, Rio Acima e coincide de algumas questões serem iguais, assim, não cabe a quem quer que seja fazer este tipo de discussão e dizer que vereador copiou projeto. Lembrou que votaram o orçamento participativo e não foi feita sequer uma reunião para discutir implementação com a comunidade; salientou que executivo é para executar o que os vereadores votaram. Esclareceu que faz esta cobrança porque não adianta fazerem lei para ir para gaveta de secretário municipal, pois lei deve ser implementada. Convidou todos os vereadores e a platéia para mais uma audiência pública a ser



realizada amanhã, esta sobre marco regulatório do minério e royalty. O vereador Marcelino Antônio Edwirges disse que quase todos os vereadores têm projetos votados que o Executivo nunca implementou e nunca vai implementar, por isso deviam ser mais unidos e cobrar para que as coisas fossem implementadas. Afirmou que são culpados, pois não se unem para se ajudarem. Relatou que está no segundo mandato, inúmeras leis já passaram pela Casa e, na prática, nunca as viu implementadas. Informou que o coordenador do orçamento participativo já foi nomeado e indagou para quem se usa a lei para nomear pessoas, se não vão implementar. Ressaltou que devem se ajudar mutuamente e cobrar coletivamente do prefeito para que as coisas andem. Lembrou que aquele café mensal com o prefeito aconteceu uma vez por culpa deles, pois se esqueceram de que são dois poderes com independência e obrigações, e não cobram. Declarou que falta mais solidariedade entre eles e entenderem o papel do vereador. Registrou: “Nós temos que instituir, falar todo o dia tal uma agenda com o prefeito e ele tem que nos receber”. O vereador Sandro Lima relatou que, coincidentemente, hoje à tarde conversava sobre isso com o prefeito e ficaram de marcar uma data fixa, todos os meses, para que os vereadores participem do café com o prefeito. Disse que se a Casa permitir ficará responsável pelo agendamento. O vereador Marcelino falou com todo respeito ao vereador Sandro Lima que já viu este filme dezenas de vezes. O vereador Renato Faria Silva afirmou que existe uma disputa política dos secretários com os vereadores. Requerimento aprovado por 09 votos. O vereador José Guedes falou que não sabe quantos requerimentos já entraram na Casa com respeito ao Trevo Rio Acima – Raposos. Relatou que sábado passado uma jovem bateu violentamente num carro naquele cruzamento fatal e morreu, o corpo ficou horas no chão, pois o resgate



demorou. Disse que tem ciência de que foram duas pessoas, esta é moradora de Raposos, trabalhava no BH da Rua Melo Viana e, há dois anos, foi uma senhora do Galo. Contou que ano passado, uma moto bateu no carro do seu amigo Douglas da Vila São Luiz, o motoqueiro passou por cima do veículo e se arreventou. Destacou que aquilo é um trevo maldito e há anos, os vereadores vêm falando, requerendo e pedindo. Lembrou que ano passado, pediu à prefeitura que retirasse aquele maldito barranco que impossibilita a visão dos condutores. Afirmou que a prefeitura tem arrecadação suficiente para a construção daquele trevo que vem causando acidentes e mortes, assim, quando o DER não faz ou demora, a prefeitura deve bancar a obra como aconteceu no Trevo do Supermercado BH. O vereador Marcelino Antônio Edwirges registrou que foram três acidentes apenas neste mês. Relatou que estiveram no trevo com representantes do DER, ele, os vereadores José Guedes e Luck, e sua indignação com o DER é que só ficam de blá, blá, blá. Salientou, embora a responsabilidade não seja da prefeitura, que Nova Lima deve usar e mostrar o seu peso político. Lembrou que o governo nacional é do Partido dos Trabalhadores, Nova Lima é uma cidade extremamente importante para a região metropolitana e indagou porque o município não tem peso político quando cidades menores têm um peso político astronômico. Afirmou que fica abismado com isso, pois mendigam, choram, cheios de blá, blá, blá e as coisas não acontecem. Expôs que já morreram naquele trevo inúmeros filhos de Nova Lima, Rio Acima e Raposos e o técnico do DER falou que não se usa mais aquele tipo de trevo. O vereador José Guedes ressaltou que devem juntar forças, Câmara, prefeito, vice-prefeito, deputado estadual e federal, seja quem for, e se unirem em torno de certas coisas que acontecem em Nova Lima. Registrou que o prefeito tem que agir, se o DER



não fizer, a prefeitura tem condições de fazer o trevo. Disse que espera que não haja mais mortes naquele local e que a prefeitura banque a obra. O vereador Cássio Magnani Júnior contou que já fez no mínimo três requerimentos com respeito ao Trevo de Raposos, pois é inexplicável o fato de terem feito rotatórias e iluminação em todos os trevos da MG 030, menos naquele que atende a três municípios e é o mais perigoso. Afirmou que a solução é relativamente fácil, basta fazer a rotatória e iluminar como nos outros trevos. Disse que é obrigado a concordar com os vereadores Marcelino e José Guedes que há um pouco de lentidão do Poder Executivo porque não se trata de uma obra cara, sendo possível construir uma rotatória ou pelo menos colocar redutores. Ressaltou que, infelizmente, surge mais um pedido num momento dramático em que houve outra vítima fatal. Registrou que pela gravidade da situação, já deviam ter tomado uma providência mais enérgica e incisiva junto ao governo do estado ou o município evocar a competência para si e tomar as medidas judiciais cabíveis para não haver tantos acidentes fatais. O vereador Marcelino disse que o município não vai tomar prejuízo porque pode fazer as intervenções e cobrar judicialmente do DER, a exemplo da duplicação que está fazendo até a Apac em trecho do DER. Afirmou que há jeito de fazer, mas infelizmente, é uma inércia total e de tanto discutirem, apenas se lembram quando acontecem fatalidades. Lembrou da discussão feita pela Casa sobre os transportes escolares e indagou o que mudou desde aquele acidente e se voltarão a falar sobre o assunto quando acontecer outra fatalidade. Registrou que devem começar a exercer o papel deles, pois têm o poder de convocar os secretários para comparecerem à Casa e, caso não resolvam, têm que convocar o Sr. Prefeito porque existem ações que são para ontem. O vereador José Raimundo Martins registrou: “O Vítor ganhou o



apelido de coronel por todos nós, hoje a prefeitura de Nova Lima é a mesma coisa, você quer ser secretário, assina para o PT. Parece que agora apareceu o preço daquela estrada da Bela Fama. Este trevo enquanto não matar dez e o povo não for para a rua fazer uma manifestação, nada vai resolver. Quando o Sr. disse que tem que unir é verdade e não tem união, sabe porque? É dever e obrigação do prefeito vir aqui prestar contas de seis em seis meses e nunca veio porque esta Casa não impõe, é lei, é obrigado e nós nunca cobramos isso porque tem sempre um com um interessezinho particular. Isto é lei, não precisa chamar, é convocar, tem que prestar contas e ninguém nunca prestou”. O vereador Marcelino afirmou que a lei é clara, podem encaminhar ofício convocando os secretários que devem comparecer à Câmara. Destacou que tudo vai mudar no dia em que começarem a fazer com que as pessoas os respeitem. Salientou: “O vereador falou muito bem, quer ir, assina sim, mas não é para fortalecer o partido, é para derrubar quem está lá e tem mandato, não tem nada de bonzinho e de santo nisso porque, às vezes, você começa a conversar aqui, falar as verdades, aí dói em muita gente lá, aí as articulações começam para derrubar quem tem mandato. Estou cheio disso faz um tempão”. O vereador Renato Faria Silva afirmou que o PT é uma instituição muito séria e não funciona do jeito que disseram. Falou ao vereador Zuca que no PT é um pouco diferente e não funciona como o partido dele, onde assinam fichas no boteco. Convidou o vereador Zuca a participar de uma reunião de um partido sério que consertou o país, transformou-o na sétima economia mundial, gerou mais de dez milhões de empregos e tirou mais de vinte milhões de pessoas da miséria. Registrou: “O PT é um partido sério, quem quer que seja tem que passar por uma plenária e defender sua entrada com argumento político e não com decreto de secretário na mão, lá não funciona assim. Se



fosse dessa forma, se convidasse de fato as pessoas do PT para ocupar as secretarias, o governo não teria os secretários que tem porque o PT tem muita gente competente e poderíamos fazer um grande governo, pelo contrário, o PT foi alijado no segundo mandato, tinha umas secretarias, mas nenhuma estratégica. Se analisarmos hoje, o PT não tem uma secretaria estratégica que o partido indicasse; tem agora, no apagar das luzes, com o Roberto Messias. O Partido dos Trabalhadores tem que ser respeitado, Zuca, sei que o Senhor me respeita e conhece o Partido dos Trabalhadores; sei a quem está se dirigindo, então podia citar nome e não jogar o partido nisto porque lá não funciona como esses partidos por aí, inclusive o do Senhor que filia os outros no boteco”. O vereador José Raimundo Martins afirmou: “Não tenho nada contra esta pessoa, muito pelo contrário tenho muita admiração, só me estranhou, ela que era candidata até então, chefe de algum departamento, do partido do Ailton e Luck e, casualmente, assume uma secretaria; é competente, não quero desmerecer, Andrea Felix é uma senhora de respeito e competente. O Senhor vai me falar na próxima reunião. Agora, no boteco o meu partido nunca mandou embora e tornou a chamar de novo, que é o caso do Epaminondas, como você me explica? Vocês mandam embora e volta de novo? O prefeito ou o partido está errado?”. O vereador Renato explicou que o Partido dos Trabalhadores não mandou Epaminondas embora em hipótese alguma e que o prefeito tem direito de nomear ou não. Ressaltou que o Epaminondas é um sujeito extremamente competente. O vereador José Raimundo Martins indagou porque ele saiu já que possui tanta competência. O vereador Renato esclareceu que a pergunta tem que ser feita para quem o mandou embora porque o Epaminondas é uma das raras pessoas na cidade que tem artigo publicado nas maiores revistas do mundo, inclusive da



Fundação Getúlio Vargas, é mestre e não entra na vala comum. O vereador José Raimundo Martins voltou a indagar porque mandou embora e voltou. O vereador Renato respondeu que o Epaminondas está acima, em outro planeta e já ocupou cargos em vários lugares. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques afirmou que o vereador José Guedes fez um pronunciamento maravilhoso, disse que aquele trevo é preocupação de todos os vereadores e concorda com tudo que foi dito. Solicitou fosse esclarecido o objetivo do requerimento. O vereador José Guedes explicou que o requerimento é para que o Executivo peça a obra ao DER, caso o DER não faça, que a prefeitura banque a obra imediatamente ou coloque quebra-molas no trevo. O vereador Marcelino falou que deve parabenizar o DER em uma única coisa: relatou que, para piorar a situação, já estava autorizada uma construção acima daquele barranco, mas a obra foi barrada pelo DER. O Senhor Presidente sugeriu solicitar a execução da obra diretamente ao DER. O vereador Marcelino sugeriu encaminhar à prefeitura e ao DER, reiterando outros requerimentos aprovados. O vereador José Guedes concordou em encaminhar à prefeitura e ao DER. Requerimento aprovado por 09 votos. O vereador Marcelino Antônio Edwirges solicitou à Comissão de Saúde que vá com ele ao Hospital Nossa Senhora de Lourdes, pois, segundo informações, há pessoas aguardando dois meses para uma operação porque está na lista única. Afirmou que isto é uma vergonha para o governo municipal, estadual e federal, pois sai muito mais caro manter pessoas internadas por dois meses que realizar a operação porque a internação não é de graça, cobram do SUS. Convidou a Comissão de Saúde para se reunirem e irem ao hospital denunciar este fato que, além de ser uma vergonha, é uma covardia e um roubo. Disse que o governo deve mudar todo o sistema de saúde em Nova Lima, pois os recursos são



mal administrados, se gasta muito e mal, visto que apenas para o hospital a prefeitura paga quase sete milhões. Falou que uma pessoa ficar internada dois meses esperando uma operação no valor de dois mil reais no final das contas, só a espera, é muito mais cara que a operação, esta é a razão do seu primeiro pedido à Comissão de Saúde. O vereador José Guedes relatou sua preocupação ao saber que um amigo teve uma tuberculose violentíssima, quase morreu e ficou cinco dias internado na Policlínica, com uma divisória separando-o dos demais. Afirmou que isto é grave, não pode acontecer, os responsáveis pela Policlínica deveriam tê-lo encaminhado ao lugar adequado em Belo Horizonte por causa do risco da contaminação. O vereador Marcelino indagou à Comissão de Saúde qual dia podem ir ao hospital. O Senhor Presidente noticiou que no dia treze de outubro, no Teatro Municipal, a Casa prestará homenagem aos Senhores Jesus Drumond Batista, José Reinaldo de Lima e, atendendo solicitação do vereador Luciano Vitor Gomes, ao Sr. Luiz Hélio Lodi. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____